

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012  
(Em reais mil)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar pela Portaria nº. 3.899, de 12 de dezembro de 1986, do Ministério da Previdência Social, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição, administração e execução de planos de natureza previdenciária, conforme definido nos regulamentos de cada um dos planos, bem como promover o bem-estar social dos seus participantes.

O Gásius administra atualmente apenas um plano de benefício do tipo benefício definido, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial. Conforme prevê o artigo 89 do seu regulamento, a este plano ficou vedado o acesso de novos participantes, a partir de 25 de agosto de 2004.

O Gásius possuía em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a seguinte quantidade de participantes:

<b>Participantes</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ativos	61	67
Assistidos	732	741
Pensionistas	343	334
Autofinanciados	5	5
Auxílio doença	2	3
Benefício proporcional diferido	2	2
<b>Total de participantes</b>	<b>1.145</b>	<b>1.152</b>

Salientamos que para definição do número de pensionistas acima indicado, o Gásius considera um beneficiário por matrícula, enquanto o atuário considera o grupo familiar de cada ex-participante.

Os recursos de que a Entidade dispõe para administrar o plano, têm origem nas contribuições de seus patrocinadores, de seus participantes ativos e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

W / CF

Está previsto na Lei Complementar 108, que as Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos – que é o caso do Gasius – se subordinam, no que couber, às regras previstas para instituições similares que têm como patrocinadora uma Entidade pública, na forma que vier a ser estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Instrução PREVIC nº 5 de 8 de setembro de 2011, Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os respectivos normativos estabeleceram os seguintes componentes das demonstrações contábeis que, obrigatoriamente, deverão ser divulgados no final de cada exercício social:

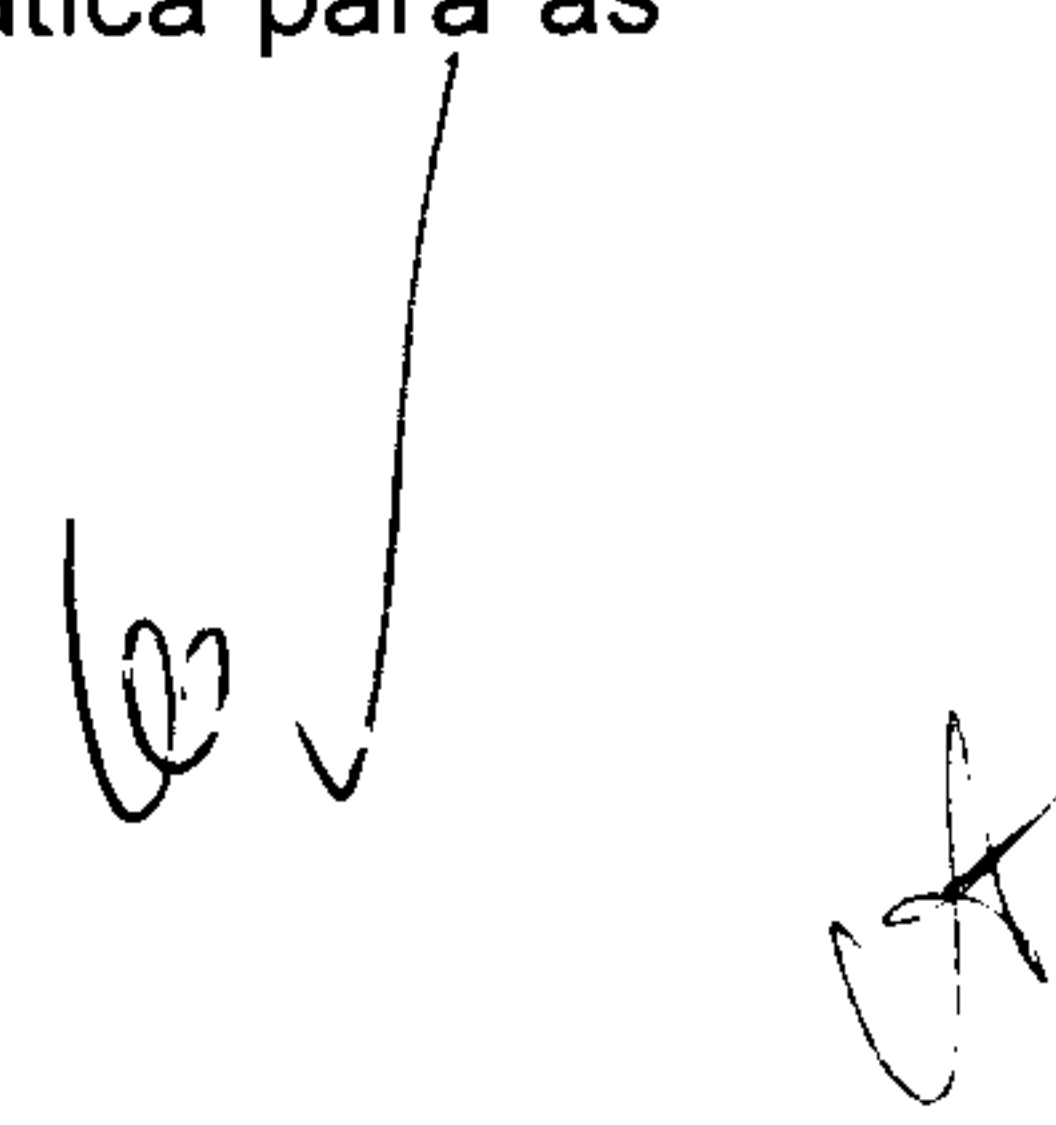
- a) Balanço Patrimonial consolidado;
- b) Demonstração da Mutação do Patrim nio Social;
- c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- d) Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício.

Essas demonstrações são apresentadas comparadas com o exercício anterior sem a segregação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

## **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.**

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

- a. A atual sistemática fixada pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo dos investimentos que é comum as gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. O Balancete por plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa e o Balancete Consolidado, são informa es adicionais criadas pela nova sistemática para as demonstrações contábeis.



b. As adições e deduções, as receitas e despesas e as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, são registradas segundo o princípio da competência, exceto nos casos das contribuições dos autofinanciados.

c. **Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos:** Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pró-rata temporis, até a data do balanço, e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas. Ao final de cada mês estes títulos são ajustados a valor de mercado.

O referido critério encontra-se adequado à classificação na categoria de títulos para negociação, procedimento utilizado pelo Instituto. (Resolução CGPC nº 4/2002 e nº 15/2005 e Instrução SPC nº 34/2009)

d. **Ações:** Estes ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, bem como, ao final de cada mês, são avaliados ao valor de mercado, observada a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de renda variável como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas, admitindo-se a compensação.

As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

e. **Fundos de Investimentos:** Estes fundos são registrados pelos efetivos desembolsos nas compras de cotas e são acrescidos pela variação destas cotas ao final de cada mês, registrando-se as diferenças em conta de resultado como variações positivas / negativas.

f. **Investimentos Imobiliários:** Estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

g. **Empréstimos e Financiamentos:** Referem-se aos empréstimos simples, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, acrescidos da atualização monetária e juros até a data do balanço.

W ↓  
A



**h. Provisões Para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos:** As provisões são constituídas levando-se em consideração os riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 da IN – SPC nº 34/2009.

**i. Imobilizado:** Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA estão registrados ao valor de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme a seguir indicado.

Bens	Taxa Anual
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Instalações	10%

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Diferido.

**j. Despesas Administrativas:** São registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) por meio de sistema de alocação específica, para atender as gestões Previdencial e de Investimentos.

**l. Exigível Operacional:** Registra as obrigações com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras a pagar.

**m. Exigível Contingencial:** São registradas ações contra a Entidade nas áreas administrativa, trabalhista e fiscal, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**n. Provisões Matemáticas:** Constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com base em

fundamentos técnicos para atender as obrigações com benefícios futuros, apresentadas a valor presente.

- o. **Demonstrações Contábeis Consolidadas:** O Balanço Patrimonial representa os saldos das contas patrimoniais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido representa: o saldo inicial do Ativo Líquido, bem como as receitas e despesas, dos respectivos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. As receitas de contribui es estão registrados pelo seu valor líquido, ou seja, as contribui es normais dos patrocinadores, participantes ativos e assistidos menos o custeio administrativo.

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada representa o saldo inicial do Fundo Administrativo, bem como, o resultado de suas opera es.

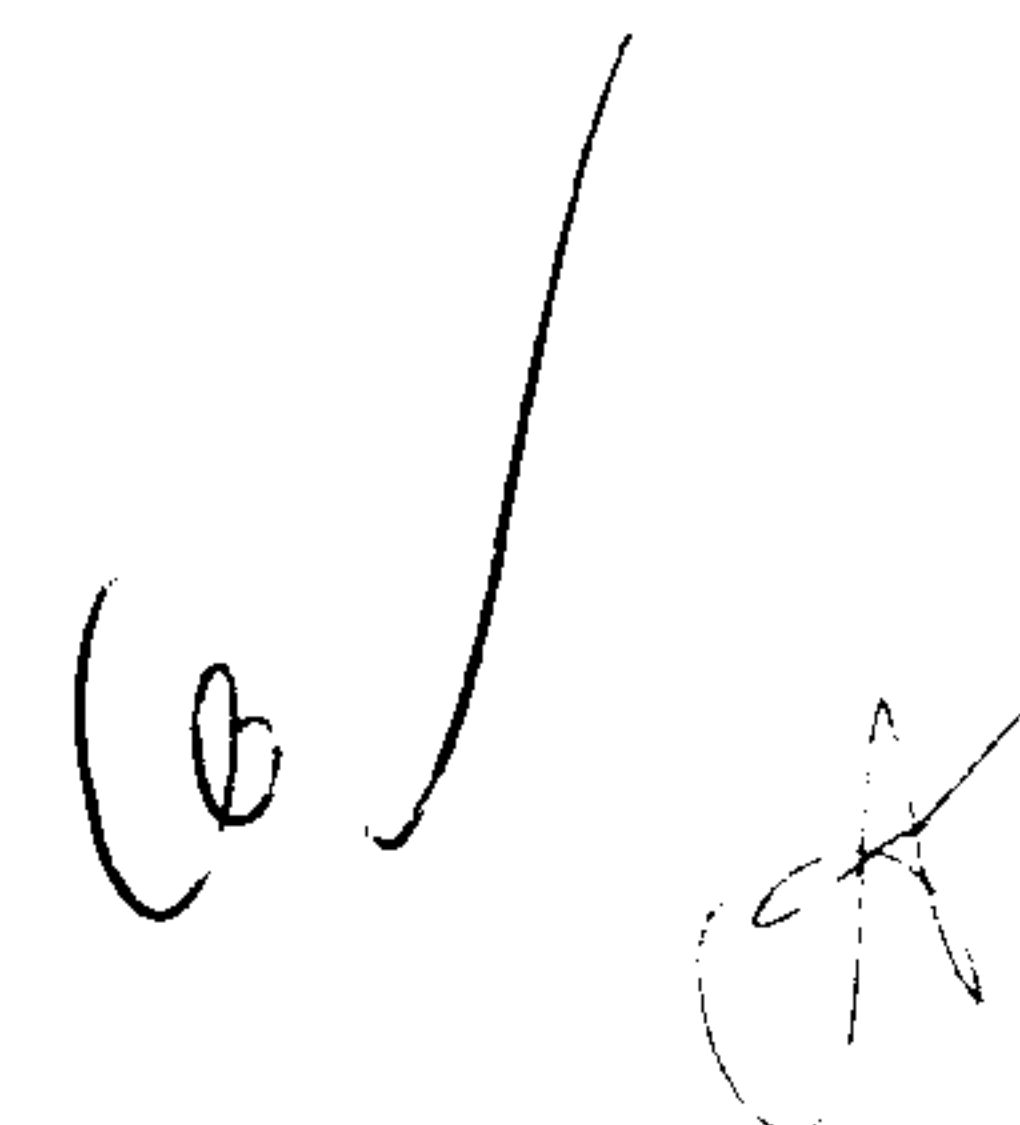
#### 4. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os direitos da Entidade relativos às contribui es da patrocinadora e dos participantes, os créditos de opera es com a patrocinadora, as despesas futuras a serem apropriadas no resultado nos meses subsequ entes e demais direitos da gestão.

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG assinou em 29 de janeiro de 2004 o Instrumento de Confissão de D vida, no valor de R\$ 54.207 mil, referente às diferenças de contribui es devidas pela CEG e vertidas a menor no período de fevereiro de 1987 a outubro de 1999, bem como o saldo das obriga es assumidas pela CEG para cobertura dos riscos prioritários. A patrocinadora comprometeu-se a liquid -lo em 144 parcelas mensais e consecutivas a juros de 1% ao mês, mais a varia o do INPC, vencendo a primeira em 28 de fevereiro de 2004.

Como garantia deste contrato, a CEG, cedeu e transferiu ao Gasius, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os créditos existentes em sua conta de depósito, provenientes das contas de gás de sua competência, recebidas através do interveniente Banco Bradesco S.A.

Mensalmente a patrocinadora vem recolhendo as parcelas devidas em seus respectivos vencimentos. Ao final deste exercício, este contrato apresentava um saldo devedor de R\$ 23.781 mil, que acrescidas das contribui es a receber de R\$ 370 mil e depósitos judiciais de R\$ 631 mil atingiu o montante de R\$ 24.782 mil. No exercício anterior o saldo devedor da d vida da patrocinadora era R\$ 33.334 mil, enquanto as contribui es a receber era R\$ 361 mil e depósitos judiciais de R\$ 631 mil totalizando o montante de R\$ 34.326 mil.



## 5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra a receita a receber decorrente de serviços e outras operações de natureza administrativa, despesas futuras a serem apropriadas nos meses subsequentes e demais direitos do programa. O saldo desta rubrica representa R\$ 23 mil no exercício atual e R\$ 20 mil no exercício anterior.

## 6. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Entidade possuía os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com a Resolução CMN nº 3.792/2009. As aplicações da entidade estão distribuídas em títulos de renda fixa, fundos de investimentos, ações, investimentos imobiliários e empréstimos aos participantes. Os quadros a seguir demonstram a composição de cada um destes segmentos.

### 6.1 Títulos de Renda Fixa

As aplicações em títulos de renda fixa estão compostas em Notas do Tesouro Nacional tipo B e Debêntures da Cemig, conforme detalhamento a seguir.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO CARTEIRA DE RENDA FIXA							R\$ 1.000
especificação	datas		2013		2012		
	aplicação	vencimento	quantidade	valor	quantidade	valor	
Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2020	5.000	11.889	5.000	13.495	
Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2020	5.000	11.501	5.000	14.445	
Título Público NTN b	19/10/2005	15/05/2015	2.280	5.527	2.280	5.580	
Título Público NTN b	27/12/2005	15/05/2015	7.400	17.936	7.400	18.111	
Título Público NTN b	31/05/2006	15/08/2024	1.150	2.698	1.150	3.213	
Título Público NTN b	14/11/2006	15/08/2024	4.400	10.324	4.400	12.291	
Título Público NTN b	20/07/2005	15/05/2015	10.000	24.239	10.000	24.475	
Título Público NTN b	20/03/2008	15/05/2017	10.000	23.896	10.000	25.526	
Título Público NTN b	04/09/2008	15/08/2024	10.000	23.462	10.000	27.935	
Título Público NTN b	27/05/2009	15/08/2020	20.000	47.555	20.000	53.978	
<b>Total NTN b</b>			<b>75.230</b>	<b>179.027</b>	<b>75.230</b>	<b>199.049</b>	
- Debêntures Cemig	21/12/2007	15/12/2017	700	10.267	700	10.441	

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC estabeleceu critérios para registros e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, produzindo efeitos a partir de 30/01/2002.

Em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº. 04, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados na categoria Títulos para Negociação, portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, apropriados do ágio, do deságio, dos rendimentos ou dos encargos mensais e do ajuste a valor de mercado.



**INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU**

O valor de mercado da NTN-B é apurado com base em dados de negociação disponibilizados pela Andima e os das debêntures são definidos a partir de dados apurados pela Bovespa/BMF.

**6.2 Fundos de Investimentos**

Os recursos aplicados nos fundos de investimentos estão distribuídos em fundos de renda fixa, fundos de renda variável e investimentos estruturados, conforme desdobramento abaixo.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS					R\$ 1.000	
Descrição	instituição	2013		2012		
		quantidade	total	quantidade	total	
<b>Fundos de renda fixa</b>						
- Sul América RFFLP	Sul América	217.200	5.407	359.816	8.378	
- BTG PACT emissão PII	BTGP	927.231	1.181	927.231	1.164	
- SAM EXCELL FIRF CP	Sul América	0	0	160.541	6.081	
- SUL AMERICA INFLATIE	Sul América	253.796	4.792	0	0	
- HSBC FI R DI EXECUT	HSBC	239.205	1.757	1.233.040	8.364	
- ICATU VANGUARDA IPC	MELLON	3.113.738	5.067	2.644.420	5.189	
- RIO BRAVO C P FI RF	BEMD	3.236.722	5.426	3.639.100	5.663	
- ACTIVE FIX IB MM FI	ITAUCARD	13.561	6.585	24.105	10.811	
- BRAD FIF PREMIUM DI	BRADESCO	883.098	5.948	1.218.049	7.580	
- BTG EMISSOES PR FI	BTGP	4.529.999	3.467	4.529.999	4.845	
- HSBC RF CP PERF INST	HSBC	6.428.441	9.954	0	0	
- ITAU RF IMAB5+	ITAU	403.755	4.165	0	0	
- RT HEDGE PLUS MM FIC	ITAU	89.094	1.004	0	0	
<b>Total</b>			<b>54.753</b>		<b>58.075</b>	
<b>Fundos de renda variável</b>						
- HSBC FICA REG PREVID	HSBC	4.018.805	4.792	4.018.105	4.848	
- ICATU VANGUARDA DIVI	MELLON	2.985.588	6.925	2.985.588	7.234	
- ITAU RPI AÇÕES IBOV	INTRAG	3.581.311	4.956	3.581.311	5.015	
- RIOBRA FUND INST FIA	BEND	16.092	1.905	0	0	
- ITAU INST FUND OF FU	ITAU	154.877	1.935	0	0	
- BRADESCO FIA DIV	BRADESCO	805186	4.502	0	0	
<b>Total</b>			<b>25.015</b>		<b>17.097</b>	
<b>Investimento estruturado</b>						
- STD FI CAP PROT INST	SANTAND	256.394	3.609	256.394	3.195	
- ITAU HEDGE MM FI	ITAUCARD	87.695	2.006	0	0	
<b>Total</b>			<b>5.615</b>		<b>3.195</b>	
<b>Total fundo investimentos</b>			<b>85.383</b>		<b>78.367</b>	

### 6.3. Renda Variável – Ações e Empréstimos de Ações

Registra as aplicações em ações de empresas de capital aberto, as quais estão demonstradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento ocorrida no pregão do último dia de cada mês na Bolsa de Valores de São Paulo. Os dividendos resultantes dessas aplicações estão contabilizados pelo regime de competência.

Demonstrativo consolidado de ações					R\$ 1.000	
especificação	Código	2013		2012		
		quantidade	valor	quantidade	valor	
<b>Ações mercado a vista</b>						
- Bradesco	BBD4	126.035	3.666	114.578	4.030	
- Cemig	CMIG3	135.003	1.917	119.626	2.620	
- Cemig	CMIG4	41.534	582	0	0	
- Siderúrgica Nacional	CSNA3	0	0	180.000	2.135	
- BR FODS	BRFS3	60.000	2.955	0	0	
- Gerdau	GGBR4	120.000	2.201	120.000	2.152	
- Itausa	ITSA4	305.008	2.715	269.933	2.616	
- Itau unibanco	ITUB4	69,520	2.179	63.200	2.110	
- Lojas Americanas	LAME4	131.987	2.076	131.987	2.419	
- Petrobras	PETR4	322.219	5.504	214.685	4.191	
- Tractebel	TBLE3	85.100	3.058	85.100	2.838	
- Usiminas	USIM5	0	0	67.500	864	
- Vale do Rio Doce	VALES	166.868	5.462	162.741	6.651	
<b>Subtotal</b>		<b>1.563.274</b>	<b>32.315</b>	<b>1.529.350</b>	<b>32.626</b>	
Valores a receber			129		687	
<b>Total</b>			<b>32.444</b>		<b>33.313</b>	
<b>Empréstimos de ações</b>						
Petrobras	PETR4	21		107.555	2.099	
Vale do Rio Doce	VALES	21.532	705	25.659	1.049	
<b>Subtotal</b>		<b>21.553</b>	<b>705</b>	<b>133.214</b>	<b>3.148</b>	
Valores a receber						
<b>Total</b>			<b>705</b>	<b>133.214</b>	<b>3.148</b>	
<b>Total geral</b>		<b>1.584.827</b>	<b>33.149</b>	<b>1.662.534</b>	<b>36.461</b>	

### 6.4. Investimentos Imobiliários

Para atender a determinação contida na letra H, item 19 do inciso II, anexo A da instrução nº 34/2009, o Instituto promoveu neste exercício a reavaliação de todos os seus imóveis pela empresa Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro. Os valores apresentados no laudo datado de fevereiro de 2013 foram registrados em junho de 2013. Estes valores comparados com os registros contábeis existentes em maio de 2013, demonstraram um acréscimo de R\$ 21.643, como a seguir apresentado:

CO / A



**INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU**

Imóveis para renda	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado da Reavaliação
- Av. Presidente Vargas 309 - 19º andar	2.017	920	1.097
- Av. Graça Aranha 172 - 7º andar ao 12º andar	25.320	9.899	15.421
- Av. Rio Branco 67 - 17º, 19º, 20º, 23º e 27º andares	9.410	4.777	4.633
- Av. Rodrigues Alves 173 - 53 vagas de garagem	1.140	648	492
<b>Total – R\$ mil</b>	<b>37.887</b>	<b>16.244</b>	<b>21.643</b>

A depreciação anual é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do laudo técnico de avaliação.

O quadro a seguir demonstra a posição dos investimentos imobiliários nos exercícios findos em dezembro de 2013 e 2012:

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO - IMÓVEIS			R\$1.000
Descrição	2013	2012	
<b>Investimentos imobiliários</b>			
- Aluguéis e renda			
- Locados a terceiros	37.762		16.320
- Valores a receber	171		200
<b>Total</b>	<b>37.933</b>		<b>16.520</b>

### 6.5 Empréstimos

Os valores a receber dos empréstimos a participantes são registrados, pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2013 e deduzidas às amortizações.

Permanece ainda neste exercício, a cobrança da taxa de quitação por morte incidente sobre o saldo devedor dos empréstimos concedidos para as pensionistas, com o objetivo de constituir fundo a ser utilizado para abater eventual saldo devedor devido por pensionistas em caso de seu falecimento.

A taxa de administração de empréstimos instituída em outubro de 2010 a ser cobrada dos participantes, que se destina a cobrir os custos da gestão administrativa com a concessão e controle dos mesmos, permanece ainda neste exercício.

**Ao final do** exercício de 2013 os empréstimos a receber dos participantes apresentava um saldo de R\$ 8.212 mil contra R\$ 8.184 mil no exercício anterior

## 7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O saldo da conta de reserva de contingência registrado no exercício anterior no valor de R\$ 1.041 mil foi alterado neste exercício para R\$ 1.872 mil em virtude das informações dos assessores jurídicos do Gasius, que quantificou novos valores de contingência como perdas prováveis. O saldo de R\$ 1.872 mil refere-se a algumas ações movidas por participantes e ex participantes no

co / JA

**INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU**

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região contra o Gasius correspondente a divergência na aplicação de índices de correção na devolução das reservas de poupança.

A Entidade não possui contingências de natureza trabalhista e previdencial, que pelas informações dos assessores jurídicos, foram consideradas como perdas possíveis, neste caso, a Entidade julgou desnecessário, a constituição de uma provisão.

**8. PROVISÕES MATEMÁTICAS**

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais e representam os compromissos da Entidade para com seus participantes, assistidos e/ou seus beneficiários, referentes a benefícios concedidos e a conceder. Seus valores foram constituídos em conformidade com a legislação vigente.

Estas provisões foram calculadas para dezembro de 2013, com base na tábua de mortalidade AT 83 em conformidade com o que está previsto no anexo da Resolução nº 18 de 28 de março de 2006 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e na taxa atuarial do plano de 5% ao ano.

Estas provisões matemáticas encontram-se detalhadas no quadro demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, parte das demonstrações contábeis anuais.

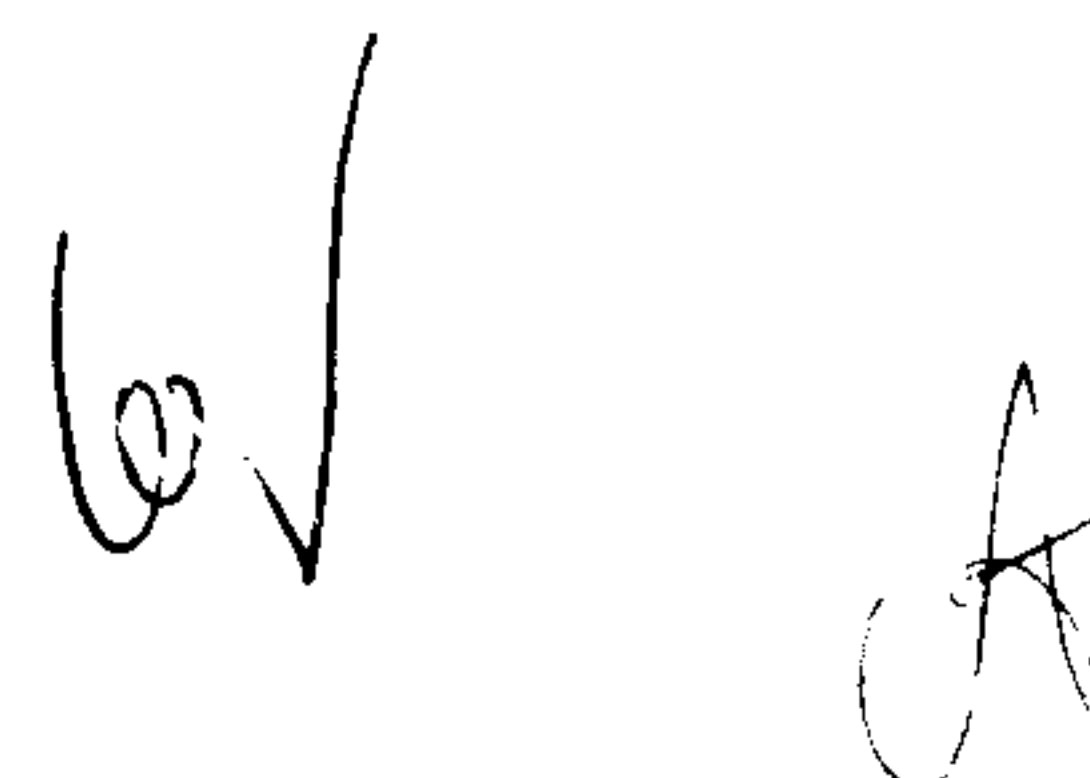
**9. SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO**

O superávit / déficit técnico é a diferença positiva ou negativa entre os bens e direitos da Entidade comparados com os compromissos sob sua responsabilidade. Ao fim do exercício de 2013, o Gasius apresentou um superávit acumulado de R\$ 45.481 mil contra um superávit acumulado de R\$ 90.958 mil no exercício anterior, o que representou um decréscimo no superávit no valor de R\$ 45.477 mil em relação ao exercício anterior.

O resultado negativo obtido neste exercício está impactado pela redução da taxa atuarial do plano de 6% para 5% ao ano.

**10. RESULTADO DA GESTÃO PREVIDENCIAL**

Nesta gestão são registradas as receitas de contribuições dos participantes e das patrocinadoras, bem como, os rendimentos oriundos da confissão da dívida e as despesas com pagamentos de benefícios aos participantes. O resultado líquido entre estas rubricas apresentou, neste exercício, uma insuficiência de R\$ 19.720 mil contra uma insuficiência de R\$ 18.683 mil em 2012, os quais foram compensados parcialmente em 2013 e totalmente em 2012 com o resultado dos investimentos no montante de R\$ 15.640 mil no exercício atual e de R\$ 59.076 mil no exercício anterior.



Descrição	2013	2012
Contribuições	5.758	6.291
Benefícios	(25.478)	(24.974)
Resultado Líquido	(19.720)	(18.683)

## 11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, e instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do PGA é acrescido pelas seguintes receitas: 28% das receitas previdenciais, pelas receitas de administração de empréstimos e pelas rentabilidades de aplicações feitas pelo Fundo Administrativo, e deduzido pelas despesas relativas à administração previdencial e de investimentos, ficando as sobras ou insuficiências registradas nesse fundo.

Para a cobertura das despesas administrativas relacionadas ao programa de investimentos, os recursos necessários, são oriundos de transferências para o PGA de parte da rentabilidade das aplicações financeiras.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Gasius, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009, a qual determina que o total anual das despesas administrativas não pode ultrapassar a 9% da soma das receitas previdenciais, acrescidas das despesas com benefícios previdenciais.

O critério de alocação das despesas administrativas foi mantido como nos exercícios anteriores, ou seja, as despesas claramente identificadas de cada gestão foram a eles diretamente imputadas e aquelas que são comuns a duas gestões (previdenciais e de investimentos), foram rateadas proporcionalmente entre eles, com base em estudos internos realizados.

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, que compõe as Demonstrações Contábeis Anuais, detalha o comportamento das receitas e despesas administrativas ocorridas no exercício.

No ano 2013 a diferença entre as receitas recebidas e as despesas realizadas totalizaram um *superávit* de R\$ 781 mil, contra R\$ 883 mil no ano anterior.

## 12. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Este fluxo destina-se a registrar, durante o exercício, os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações dos recursos da entidade no mercado de capitais, bem como a remuneração na concessão de empréstimos aos participantes,



**INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU**

além dos aluguéis recebidos pelos imóveis locados a terceiros, deduzidas as despesas direta ou indiretamente ligadas ao programa.

No ano de 2013 os rendimentos líquidos auferidos pela Instituição, descontadas as despesas com o custeio administrativo dos investimentos, totalizaram R\$ 15.868 mil contra R\$ 59.251 mil obtidos no ano de 2012.

A seguir, está apresentado o quadro resumo comparando os resultados dos exercícios 2013 e 2012.

Descrição	2013	2012
Rendimentos		
<b>Previdencial</b>		
Títulos públicos federais:	(9.841)	42.183
Créditos privados e depósitos	603	2.201
Ações	(1.804)	4.615
Fundos invest. (renda fixa, variável e estruturado)	2.456	7.502
Investimentos imobiliários	23.585	1.758
Empréstimos e financiamentos	1.410	1.325
<b>Total dos rendimentos previdencial</b>	<b>16.409</b>	<b>59.584</b>
Custeio administrativo de investimentos	(769)	(508)
<b>Total rendim. líquidos. previdencial administrativo</b>	<b>15.640</b>	<b>59.076</b>
<b>Total rendimento líquido administrativo</b>	<b>228</b>	<b>175</b>
<b>Total geral dos rendimentos líquidos</b>	<b>15.868</b>	<b>59.251</b>

A rentabilidade nominal total obtida pelas aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas durante o exercício de 2013 foi de 4,74%, taxa esta que ficou 6,39% abaixo da meta atuarial. Em 2012 esta rentabilidade foi de 19,67%, o que corresponde a superação da meta atuarial em 6,3%.

O quadro a seguir demonstra os percentuais de rentabilidade de cada segmento:

Segmentos	2013	2012
	%	%
Renda fixa	(2,6)	21,6
Renda variável	(4,2)	12,6
Investimento estruturado	11,8	6,1
Investimentos imobiliários	151,1	11,7
Operações com participantes	19,1	21,4

### 13. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Como se observa na composição a seguir apresentada, este exercício registrou um déficit de R\$ 45.477 mil, contra um superávit de R\$ 31.312 mil no exercício

anterior. Como já comentado anteriormente, o déficit de 2013 está impactado pela redução da taxa atuarial do plano de 6% para 5% ao ano.

Descrição	2013	2012
Resultado líquido – programa previdencial: Recursos coletados menos recursos utilizados	(19.720)	(18.683)
Custeio administrativo	(1.147)	(1.135)
Rendimento dos investimentos	15.640	59.076
Constituição de contingência	0	(324)
Provisões matemáticas: Constituições/ Reversões líquidas	(40.250)	(7.622)
Total	(45.477)	31.312

#### 14 OUTRAS INFORMAÇÕES.

O GASIUS juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, Art. 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional. A ABRAPP, representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do BTN, durante o período citado.

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução.

Em 14 de outubro de 2011, a PREVIC emitiu o Ofício nº 4674/2011/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos pela União Federal relativos a referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, devendo apenas constar em nota explicativa.

  
WAGNER MENDES COSTA  
Diretor Superintendente

  
ALBERTO BALASSIANO  
Contador CRC – RJ 16.988/0